



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nr 0006/2012-DEC-SRP

(AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE TV E MOLDURA INTERATIVA E SERVIÇO DE TREINAMENTO E INSTALAÇÃO)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1) O PRESENTE EDITAL E OS ANEXOS PODEM SER OBTIDOS DAS SEGUINTE FORMAS:

a) POR MEIO DO E-MAIL: CPL@DEC.EB.MIL.BR

b) DIRETAMENTO NO DEC, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CD-R, CD-RW, PEN DRIVE OU OUTRO DISPOSITIVO QUE PERMITA CÓPIA DOS ARQUIVOS;

c) POR MEIO DO SITE: www.comprasnet.gov.br e www.dec.eb.mil.br

2) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À SEÇÃO DE LICITAÇÕES (CPL) DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SITUADO NO QGEX, BLOCO B, 3º PISO, SETOR MILITAR URBANO, BRASÍLIA DF, PELOS TELEFONES (061) 3415-5091 E 3415 4862 E E-MAIL - CPL@DEC.EB.MIL.BR, NO HORÁRIO DAS 09:30 H ÀS 11:30 HORAS E DAS 13:30 ÀS 16:30 HORAS, DE 2ª A 5ª E NO HORÁRIO DE 08:30 ÀS 11:30 HORAS NA SEXTA-FEIRA;**

3) PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/COOPERATIVAS.

**Processo Administrativo Nr 029/2012 – DEC
Modalidade de Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM
Data de abertura da sessão pública: 28 de maio de 2012.
Horário: 09:30 horas (horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br**

A UNIÃO, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, por intermédio do Ministério da Defesa/Comando do Exército/DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (DEC), Organização Militar do Exército Brasileiro, inscrito no CNPJ nº 07.521.315/0001-23, torna público por meio de seus Pregoeiros, designados pelos Boletins Interno Nº 106, e 178 de 06 de junho de 2011 e 21 de setembro de 2011, respectivamente, que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço por grupo e item, com o fim de escolher a proposta mais vantajosa e realizar o Registro de Preços para aquisição de materiais de Informática, treinamento e serviço de instalação dos itens 1 e 2 do Anexo I (Termo de Referência), para o DEC**. O procedimento licitatório obedecerá ao Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta a modalidade do Pregão Eletrônico, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e suas alterações, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 6204, de 05 de setembro

de 2007, o Decreto 7174, de 12 de maio de 2010, a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, a IG 12-02 (Instruções Gerais sobre Licitações e Contratos no âmbito do Comando do Exército), demais diplomas legais vigentes, bem como as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objetivo a obtenção da proposta mais vantajosa, para **a para aquisição de materiais de Informática, treinamento e serviço de instalação dos itens 1 e 2 para o DEC, descritos, quantificados e especificados, respectivamente, no Anexo I (Termo de Referência) do presente edital.**

1.2. **Os itens 1 e 2 deverão ser cotados por grupo devido ter que haver a compatibilidade entre si.**

2. ESCLARECIMENTOS INICIAIS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTES PREGÃO AS EMPRESAS QUE:

2.1.1. atendam às condições deste edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas e Ofício competente, ou por servidor da Equipe de Apoio do Pregão, à vista dos originais;

2.1.2. estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002;

2.1.3. não estejam sob falência, concurso de credores, dissoluções, liquidações, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si; e

2.1.4. não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

2.2. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado” no site do comprasnet para cadastramento da proposta de preços, de preenchimento obrigatório do fornecedor, deverá conter o detalhamento completo do objeto ofertado.

2.3. As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar do presente pregão deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas;

2.4. Os licitantes deverão observar os critérios de sustentabilidade previstos no Art 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, quando couber.

2.4. A linha de fornecimento do licitante vencedor será consultada no SICAF, ocasião em que será verificado se o mesmo está autorizado a comercializar o objeto deste certame, caso haja alguma dúvida será realizada consulta o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas(CNPJ) e, solicitado ainda o Contrato Social da empresa registrado na Junta Comercial do respectivo estado da federação. Em caso do licitante não estiver autorizado a comercializar o produto objeto deste certame, terá sua proposta recusada.

3. UNIDADE GERENCIADORA

- DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, doravante denominado de **DEC**.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. (§ 1º, Art. 3º do Decreto 5.450/2005, no site: <http://www.comprasnet.gov.br>)

4.2. O Credenciamento do Licitante, dependerá do registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.3. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações referentes ao pregão eletrônico (§ 6º, do Art. 3º, do Decreto 5.450/2005).

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Departamento de Engenharia e Construção – DEC, promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, do Art. 3º, do Decreto 5.450/2005).

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br>, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances. (inc III, do Art. 13, do Decreto 5.450/2005).

5.2. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (inc IV, Art. 13, do Decreto 5.450/2005).

5.3. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, no valor para cada item cotado, **das 09:00 horas do dia 15 de maio de 2012 às 09:30 horas do dia 28 de maio de 2012**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. (§ 1º, Art. 21, do Decreto 5.450/2005).

5.4. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.5. A(s) Proposta(s) de Preços vencedoras contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado deverá ser enviada em formulário específico, de acordo com Anexo II, bem como os demais documentos previstos para habilitação, nos 90(noventa) minutos seguintes ao encerramento da fase de lances, pelos seguintes meios: pelo sistema da sessão pública do comprasnet ou digitalizado e assinado através do e-mail cpl@dec.eb.mil.br (o(s) arquivo(s) não poderão ser superiores a 3(três) MB), ou se preferir a critério do licitante via fax (061) 3415-5091, e quando solicitado pelo pregoeiro em caso de negociação de preços, e após a homologação do certame os documentos originais ou cópias, autenticadas por cartório competente, sendo apresentados no prazo de 02 (dois) dias úteis, contendo os seguintes dados:

- 5.5.1. Ser apresentada, por item, em original, em papel timbrado da licitante ou apenas identificado com nome ou sua razão social, em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com todos os valores propostos expressos, obrigatoriamente, em Real;
- 5.5.2. a oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação;
- 5.5.3. consignar a assinatura do responsável e do representante legal da empresa na proposta, bem como a identificação de seu nome abaixo da assinatura. A não identificação do nome do responsável abaixo da assinatura não constitui motivo de desclassificação da licitante, contudo esta informação deverá ser fornecida na fase de julgamento;
- 5.5.4. não serão admitidas propostas de licitantes que apresentarem as unidades de fornecimento de materiais diferentes das estabelecidas neste edital;
- 5.5.5. a proposta não poderá ter validade inferior a **60 (sessenta)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- 5.5.6. constar preço unitário e total. Em caso de divergência entre o valor unitário e total será considerado o primeiro, e, entre o expresso em algarismo e por extenso será considerado este último. O preenchimento incorreto dos itens necessários para o julgamento implicará na desclassificação da Proposta Comercial da licitante para o item cotado;
- 5.5.7. declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes até a efetiva entrega do objeto ofertado;
- 5.5.8. conter os seguintes dados do licitante: Razão Social, endereço, telefone/Fax, número do CNPJ/MF, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;
- 5.5.9. o pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos; e
- 5.5.10. declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão.
- 5.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.7. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 5.8. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 5.9. **O fornecedor que não encaminhar os documentos conforme item 5.5 estará desclassificado.**

6. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

- A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta às 09:30h do dia 28 de maio de 2012. (horário de Brasília-DF).

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes. Findo o prazo, automaticamente, será encerrada a recepção de lances.

7.7. Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas de preços e poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, com o objetivo de obter preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

8.2. Após a sessão de lances, analisando a aceitabilidade ou não, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.4. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

9. DA MICRO EMPRESA E EPP

9.1. Caso as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta detentora do melhor lance ou valor negociado, será assegurada preferência de contratação, respeitado o seguinte:

9.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance ou valor negociado, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

9.1.2. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese desta Condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta Condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.1.4. a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a solicitação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

9.1.5. na hipótese da não-contratação nos termos previstos nesta Condição, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

9.1.6. o disposto nesta Condição somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte; e

9.1.7. o Pregoeiro solicitará documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com o anexo VI.

9.1.8. o grupo 1 e o item 3, terão a participação exclusiva de ME/EPP/Cooperativa.

10. DA PREFERENCIA DE CONTRATAÇÃO

- Decreto nº 7174, de 12 de maio de 2010.

Art. 3º- Além dos requisitos dispostos na legislação vigente, nas aquisições de bens de informática e automação, o instrumento convocatório deverá conter, obrigatoriamente:

I - as normas e especificações técnicas a serem consideradas na licitação;

II - as exigências, na fase de habilitação, de certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação dos seguintes requisitos:

a) segurança para o usuário e instalações;

b) compatibilidade eletromagnética; e

c) consumo de energia;

III - exigência contratual de comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa; e

IV - as ferramentas de aferição de desempenho que serão utilizadas pela administração para medir o desempenho dos bens ofertados, quando for o caso.

Art 5º. Será assegurado preferência na contratação nos termos do disposto no Art 3º da Lei 8248, de 23 de outubro de 1991, para fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:

I - Para bens com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico(PPB) na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II - Bens e serviços com Tecnologia desenvolvida no País; e

III - Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Público Federal.

Parágrafo único. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que atendam ao disposto nos incisos do caput, terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.

Art 6º. Para os efeitos do Decreto 7174, de 10 de maio de 2010, , consideram-se bens e serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País aqueles cujo efetivo desenvolvimento local seja comprovado junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, na forma por este regulamentada.

Art 7º. A comprovação do atendimento ao PPB dos bens de informática e automação ofertados será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto 5906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto 6008, de 29 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. A comprovação prevista no caput será feita:

I - Eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; ou

II - Por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, mediante solicitação do licitante.

Art 8º. O exercício do DIREITO DE PREFERÊNCIA disposto neste Decreto, será concedido pelo sistema do Comprasnet após o encerramento da fase de LANCES, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

I - Aplicação das regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no Capítulo V da Lei Complementar Nr 123, de 14 de dezembro de 2006, quando for o caso;

II - Aplicação das regras de preferência previstas no Art 5º, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10(Dez) POR CENTO acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência.

III - Convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no Inciso I do Art 5º, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para IGUALAR OU SUPERAR a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame;

IV - Caso a preferência não seja exercida na forma do inciso III, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no inciso II do Art 5º, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o inciso III do Art 5º, caso esse direito não seja exercido; e

V - Caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei 10.520, de 17 de junho de 2002.

§ 1º. ...

§ 2º ...

§ 3º. Para o exercício do direito de preferência, os fornecedores dos bens e serviços de informática e automação deverão apresentar, junto com a documentação necessária à habilitação, declaração sob as penas da Lei, que atendam aos requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso), bem como a comprovação de que atendem aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II e III do Art 5º.

§ 4º. Nas licitações na modalidade de PREGÃO, a declaração a que se refere o § 3º, deverá ser apresentada no momento da apresentação da proposta.

§ 5º ...

Art 9º. Para contratação de bens e serviços de informática e automação, deverão ser adotados os tipos de licitação MENOR PREÇO ou técnica e preço, conforme disciplinado neste Decreto, ressalvadas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade previstas na legislação.

§ 1º. A licitação do tipo MENOR PREÇO será exclusiva para aquisição de bens e serviços de informática e automação considerados comuns, na forma do parágrafo único do Art 1º da Lei 10.520, de 2002, e deverá ser realizado na modalidade de PREGÃO, preferencialmente na forma eletrônica, conforme determina o Art 4º do Dec nº 5450, de 31 de maio de 2005.

§ 2º. Será considerado comum o bem ou serviço cuja especificação estabelecer padrão objetivo de desempenho e qualidade e for capaz de ser atendida por vários fornecedores, ainda que existam outras soluções disponíveis no mercado.

Art. 12. ...

“§ 2º. Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

§ 3º. Os bens e serviços de informática e automação adquiridos nesta modalidade deverão observar o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a regulamentação específica.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A Habilitação das licitantes será verificada **“On-Line”**, no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – **SICAF**, após o exame da aceitabilidade da proposta, devendo, ainda, a licitante apresentar:

11.1.1. Declaração de Fatos Impeditivos, conforme regulamentação constante da IN nº. 02-SLTI, de 11

Out 10., nos termos do modelo constante do Anexo V deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;

11.1.2. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de idade, Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, nos termos do modelo constante do Anexo IV deste Edital;

11.1.3. Atestados de Boa e Regular Execução do Objeto (Capacidade Técnica), que deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que conste que a licitante tenha executado, a contento, o objeto da presente licitação, nos termos do modelo constante do Anexo III deste Edital;

11.1.4. Declaração de Elaboração Independente da Proposta;

11.1.5. Declaração para ME/EPP, quando for o caso(Anexo XI);

11.1.6. Declaração de Preferência de Contratação, quando for o caso(Anexo X);

11.1.7. Planilha de Custo e Formação de Preços(Anexo XI), somente para o serviço de instalação dos materiais constantes dos itens (1 e 2) do Anexo I (Termo de Referência).

11.1.8. Apresentar certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação dos seguintes requisitos (Dec 7174, de 12 Mai 10):

11.1.8.1. segurança para o usuário e instalações;

11.1.8.2. compatibilidade eletromagnética; e

11.1.8.3. consumo de energia.

11.1.9. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou igual a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta on line, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.1.10. O licitante que apresentar índices econômicos inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10 % (dez por cento) do valor total estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

11.2. Em hipótese alguma será concedido prazo para a apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria, de modo que a falta de quaisquer documentos implicará a inabilitação da licitante.

11.3. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

11.3.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

11.3.2. A Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. Qualquer pessoa poderá solicitar impugnação do ato convocatório deste Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes do término da data fixada para recebimento das propostas. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, perante a Administração, os licitantes que não o fizerem até o prazo estipulado.

12.2. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou providências do ato convocatório deste Pregão, até 03 (três) dias úteis antes do término da data fixada para recebimento das propostas. Decairá do direito de esclarecimentos dos termos deste Edital, perante a Administração, os licitantes que não o fizerem até o prazo estipulado.

12.3.. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

12.4.. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. É admissível impugnação, recurso, representação e pedido de reconsideração dentro das razões e condições definidas nos Art. 41 e 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.2. Os recursos serão dirigidos à Comissão Permanente de Licitações - CPL, por intermédio do Pregoeiro e realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios. O licitante deverá atentar-se à abertura do prazo para intenção de recursos, comandado no SISTEMA pelo pregoeiro. Não serão considerados recursos interpostos após o fechamento do prazo.

13.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

13.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Seção de Licitações do DEC, situada no QGEx, Bloco "B", 3º Piso, SMU - BRASÍLIA-DF.

14. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. Os materiais e o serviço de instalação, configuração, treinamento de configuração e operação para os militares do DEC deverão ser entregues e prestados no Departamento de Engenharia e Construção, localizado à Av. do Exército, Quartel General do Exército - QGEX, Bloco “B” – 3º Piso, SMU, Brasília - DF

14.2. O RECEBIMENTO DOS MATERIAIS FAR-SE-Á DA SEGUINTE FORMA:

14.2.1. Provisoriamente, quantitativamente, para posterior comprovação da conformidade do bem com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Edital;

14.2.2. definitivamente, pela Comissão de Recebimento e Exame, a ser designada pela Fiscalização, após comprovação da compatibilidade do bem com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Edital e o seu funcionamento, após a instalação;

14.2.3. rejeitado, quando os materiais estiverem em desacordo com o estabelecido no Anexo I (Termo de Referência) do Edital ou se os materiais apresentarem falhas de funcionamento e de uso.

14.3. O DEC convocará a licitante vencedora, durante a validade da ATA, para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, aceitar e retirar a nota de empenho (NE), sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.4. O prazo de entrega dos materiais deverá ser de no máximo 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento do Empenho.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, pelo TESOURO NACIONAL, ao Exército Brasileiro – Departamento de Engenharia e Construção, no exercício financeiro de 2012, programa trabalho 05122075020000001, PTRES 52121, Planos Interno (PI) I3DAFUNADOM, Naturezas de Despesas (ND) ; 33.90.52, 33.90.39 e outros recursos de convênios recebidos pelo DEC.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta dias) dias corridos, contados da data da atestação, após a entrega da Nota Fiscal/Fatura, observada a aceitabilidade do objeto licitado, devidamente atestada pelo setor competente.

16.2. A liberação do pagamento ficará condicionada à consulta prévia ao SICAF (via ON LINE), devendo a contratada estar com sua documentação obrigatória válida.

16.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o DEC por quaisquer encargos resultantes de atrasos nos pagamentos correspondentes.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

17.1. PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO OBJETO, A CONTRATANTE PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR À CONTRATADA AS SEGUINTE SANÇÕES:

17.1.1. advertência;

17.1.2. multa;

17.1.3. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Departamento de Engenharia e Construção - DEC, pelo prazo de até 05 (cinco) anos; e

17.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do inciso IV do art. 87, da Lei 8666/93.

17.2. A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ APLICAR AS SEGUINTE MULTAS:

17.2.1. multa de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a entrega dos materiais;

17.2.2. multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos) em caso de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega, substituição de material rejeitado, por dia de atraso, sobre o valor da Nota de Empenho;

17.3. Para efeito de aplicação de multa, o valor da Nota de Empenho será apurado deduzindo-se dela o valor das entregas aceitas.

17.4. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade da responsabilidade civil do contratado por eventuais perdas e danos à Administração Pública.

17.5. A multa aplicada deverá ser recolhida ao Tesouro Nacional por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo DEC.

17.6. O valor da multa, no caso de não recolhimento, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

17.7. A licitante convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução dos serviços e/ou materiais, comportar-se de modo indôneo ou cometer fraude fiscal, poderá sofrer sanção de impedimento de licitar com a Administração Pública. Poderá ser descredenciada junto ao SICAF, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa.

17.8. Se o adjudicatário recusar-se a assinar a **Ata de Registro de Preços**, injustificadamente, ou não apresentar situação regular de habilitação, serão convocados os licitantes remanescentes para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades, na forma da Lei.

17.9. O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista neste Edital, na ata de registro de preços e no contrato. Pela inexecução do compromisso firmado na **Ata**

de Registro de Preços, o DEC poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao contratado as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8666/93.

18. DO TERMO DE CONTRATO

18.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o respectivo termo de contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pelo DEC, considerado o prazo de validade da ATA. Este prazo poderá ser prorrogado, desde que a justificativa apresentada pela licitante vencedora seja aceita pelo DEC.

18.2. O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano e terá início na data de sua assinatura podendo ser prorrogado, de acordo com o disposto no art.57, da Lei nº 8.666/93.

18.3. Antes da celebração do contrato, o DEC realizará consulta “ON LINE” ao Sistema de Cadastramento Único de Fornecedores – SICAF, e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

18.4. Após a assinatura, o extrato do contrato será publicado na imprensa oficial, de acordo com o previsto no § único do art. 61 da Lei 8.666/93.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Após a proclamação do resultado da licitação e adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro, será efetuado o registro de preços e confeccionado a respectiva **Ata de Registro de Preços**, compromisso a ser firmado entre a(s) licitante(s) vencedora(s) e o Órgão Gerenciador, sendo homologada pela autoridade competente.

19.2. O Fornecedor será convocado para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da convocação, assinar a **Ata de Registro de Preços**.

19.3. O prazo para assinatura da **Ata de Registro de Preços**, poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito e mediante motivo justificado e aceito pela Administração.

19.4. Com a assinatura da **Ata de Registro de Preços**, a empresa que teve o seu preço registrado assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, quando então será emitida a respectiva Nota de Empenho.

19.5. A **Ata de Registro de Preços** deverá ser assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da(s) empresa(s) vencedora(s) (classificada(s) em primeiro lugar).

19.6. A **Ata de Registro de Preços** é um compromisso de fornecimento firmado pelo licitante vencedor e destina-se a subsidiar o acompanhamento dos preços.

19.7. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a **Ata de Registro de Preços**, sem prejuízo das sanções a ele previstas neste Edital, o DEC, registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

19.8. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o DEC, fará o devido apostilamento na **Ata de Registro de Preços** e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

19.9. As licitantes classificadas a partir do 2º lugar poderão aderir ao preço do 1º colocado através de manifestação de vontade por escrito para convocação pelo Inadimplemento do 1º colocado.

19.10. Fica vedada a transferência ou cessão da **Ata de Registro de Preços**.

20. DOS USUÁRIOS

20.1. Poderão utilizar-se das Atas de Registro de Preços decorrentes deste certame, as entidades usuárias do material relacionado no Anexo I do Edital, respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, nos Decretos nº 3.931/01 e nº 4.342/02, relativas às compras pelo Sistema de Registro de Preços.

20.2. Nos termos do art. 8º do Decreto nº 3.931/01, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e em conformidade com o disposto no § 3º do art. 8º do Decreto nº 3.931/01, incluído pelo Decreto nº 4.342/02.

20.3. Havendo saldo de quantitativo a adquirir, inclusive em função do direito de acréscimo de até 25%, de que trata o § 1º art. 65, da Lei nº 8666/93, não exercido pelos órgãos ou entidades usuários do Registro de Preços, poderão estes autorizar o DEC a proceder ao devido apostilamento na respectiva **Ata de Registro de Preços** e acatar os eventuais pedidos de outros órgãos ou entidades não participantes deste certame.

20.4. É assegurada aos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços a preferência de fornecimento, quando, na hipótese de que trata o subitem anterior do processo específico para compra, resultar preço igual ou superior ao registrado.

21. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços deverá ser cancelada:

21.1. Automaticamente, por decurso de prazo de vigência;

21.2. quando não restarem fornecedores registrados; ou

21.3. pelo DEC, quando caracterizado o interesse público.

22. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

22.1. O fornecedor terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

22.2. A PEDIDO, QUANDO:

22.2.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

22.2.2. o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

22.3. PELA ADMINISTRAÇÃO, UNILATERALMENTE, QUANDO:

22.3.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

22.3.2. perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;

22.3.3. por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado;

22.3.4. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

22.3.5. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes da **Ata de Registro de Preços**; e

22.3.6. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na **Ata de Registro de Preços** ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

23. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- A Ata de Registro de preços terá a validade de 12(doze) meses, contados a partir da homologação do certame pela Autoridade Competente.

24. DAS OBRIGAÇÕES

24.1. DA CONTRATADA

24.1.1. Executar o objeto, descrito, nas condições de sua proposta e de acordo com as especificações constantes do Edital que deu origem ao presente instrumento. O serviço objeto desta licitação será recebido obedecida a adequação e as características técnicas exigidas no termo de referência do edital.

24.1.2. Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente edital.

24.1.3. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução deste Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual.

24.1.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que serão confirmadas pela Contratante por meio de consulta “on line” no SICAF.

24.2. DA CONTRATANTE

24.2.1. Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento e no Edital de licitação anexo a este Instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal Administrativo do DEC e realizar a reter dos tributos, em conformidade com a legislação pertinente.

24.2.2. Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante deste edital.

24.2.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao fornecimento dos produtos solicitados.

24.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

24.2.5. Fiscalizar e acompanhar a execução e entrega do objeto desta licitação.

24.2.6. Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

25. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

25.1. O prazo de vigência do presente contrato será a contar de sua assinatura até 12 meses e eficácia na data da publicação no DOU.

25.2. O prazo de vigência supra, rende-se aos aspectos de vigência das garantias.

26. DA GARANTIA CONTRATUAL

26.1. Para a assinatura do Contrato decorrente desta licitação, o adjudicatário deverá prestar garantia de execução do Contrato de 5%(cinco por cento), conforme parágrafo 3º do Art 56 da Lei 8.666/93, de seu valor total, em moeda brasileira, com prazo de validade de até 02(dois) meses após o encerramento do contrato, por uma das seguintes modalidades:

26.1.1. caução em dinheiro, ou título da dívida pública;

26.1.2. seguro garantia;

26.1.3. fiança bancária.

26.2. A licitante vencedora deverá apresentar a garantia ao DEC, no ato da assinatura do contrato.

27. DA PUBLICIDADE

- O DEC fará publicar no Diário Oficial da União o extrato do presente contrato, de acordo com a prescrição contida no art. 61 da Lei 8.666/93 art. 13 da Instrução Normativa Nr 08, de 4 de dezembro de 1998-MARE.

28. DO FORO

- As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos na alínea “d”, do inciso I, do art. 102 da Constituição Federal.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Esta licitação poderá ser revogada por interesse do DEC, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que os licitantes tenham direitos a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no Art. 18, do Decreto 3.555/2000.

29.2. Qualquer modificação no presente EDITAL será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo, inicialmente, estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

29.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

29.4. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

29.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais.

29.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

29.7. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.8. O fornecedor beneficiário da **Ata de Registro de Preços** fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimo ou reduções de até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades estimadas para a contratação, ficando facultado o atendimento por parte da empresa daqueles produtos solicitados pelos Órgãos e entidades que não participaram do processo licitatório. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder por órgão, ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na **Ata de Registro de Preços**.

29.10. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III – Modelo de Atestado de Boa e Regular Execução do Objeto (Capacidade Técnica);

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Trabalho de Empregados em Condições Excepcionais e de Menor (Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999,);

ANEXO V – Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos;

ANEXO VI – Modelo de declaração para micro empresa e Empresa de Pequeno Porte de micro e pequena empresa

ANEXO VII – Modelo da Minuta do Contrato

ANEXO VIII – Modelo da Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Elaboração Independente da Proposta.

ANEXO X – Declaração de Preferência de Contratação.

ANEXO XI – Planilha de Custos e Formação de Preços

Brasília-DF, 04 de maio de 2012.

ANDRÉ LUIZ STANGL RISSE - Cel Eng QEMA

Ordenador de Despesas do DEC



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)**

ANEXO I
(AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nr 0006/2012-DEC-SRP)

TERMO DE REFERÊNCIA
(Moldura Interativa e TV)

1. OBJETO

Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico a obtenção da proposta mais vantajosa, com a finalidade de se proceder ao Registro de Preços para aquisição de materiais de multimídia, serviço de instalação e treinamento dos respectivos materiais para atender a nova demanda do DEC quanto a necessidade da Chefia e Vice-chefia do Departamento realizar apresentações multimídia em reuniões de coordenação e controle.

2. JUSTIFICATIVA

Disponibilizar recursos de multimídia para apresentações no Gabinete da Chefia e Vice-chefia do Departamento.

Apresentar as informações dos sistemas de coordenação e controle de patrimônio e obras, sob a responsabilidade do DEC. A utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico atende às determinações do Dec. 5.450/2005.

3. FUNDAMENTO LEGAL

O fundamento legal encontra-se na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto 5450, de 31 de maio de 2005, utilizando subsidiariamente as cominações legais da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

A utilização do Sistema de Registro de Preços tem fundamento, em virtude que as compras poderão ser realizadas parceladamente.

4. DA FORMA DE COTAÇÃO

- Para efeito de cotação, será levado em conta o MENOR PREÇO POR GRUPO para os itens 1 e 2 e MENOR PREÇO POR ITEM para o item 3.

5. MATERIAIS E SERVIÇO:

5.1. Os quantitativos dos itens constantes do nº 5.2 abaixo, poderão ser adquiridos em forma parcelada dentro da vigência de validade da Ata de Registro de Preços, conforme a demanda do consumo, ficando a administração desobrigada a contratar todo o material homologado.

5.2. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS MATERIAIS DE INFORMÁTICA E INSTALAÇÃO

Item	Und	Qtde.	Descrição dos Materiais e Serviços	Valor Unit. Máximo que à Adm pode Pagar (R\$)	Valor Total Máximo (R\$)
1	Und	05	Moldura Interativa para TV 50 polegadas, com software incluído.	4.100,00	20.500,00
2	Und	05	Televisor HDTV 50 polegadas com IDTV e IPTV full HD, compatível com o item 1 (Moldura Interativa)	5.600,00	28.000,00
3	Sv	05	Serviço de Instalação dos Itens 1, e 2 acima, com configuração e treinamento, em Brasília - DF.	1.350,00	6.750,00
VALOR TOTAL GLOBAL				55.250,00	

5.2.1. Descrição Detalhada do Material

5.2.1.1. Moldura Interativa para TV 50 polegadas

5.2.1.1.1. Dimensões:

5.2.1.1.1.1 Área útil de 50 polegadas de diagonal no formato 16:9 (Wide-screen), ou superior.

5.2.1.1.2. Resolução:

5.2.1.1.2.1 Acompanha a resolução da TV

5.2.1.1.3. Tecnologia de Digitalização:

5.2.1.1.3.1 Raios Infra-Vermelho ou provida através de micro-câmeras nas bordas da tela, de modo que a superfície não comprometa a qualidade da imagem do monitor.

5.2.1.1.3.2 Sensível ao toque do dedo. Não necessitando ferramentas especiais para sua utilização.

5.2.1.1.4. Sistema de fixação para parede:

5.2.1.1.4.1 Sistema de Fixação “padrão para plasma 50” ou superior.

5.2.1.1.5. Conexão com Computador deve ser feita através de um cabo USB com, no mínimo, 4,6m de comprimento ou cabo.

5.2.1.1.6. Características do pacote de **Software da Moldura Interativa** (incluído):

5.2.1.1.6.1 O Software deve permitir:

5.2.1.1.6.1.1. a anotação sobreposta a qualquer programa instalado no microcomputador;

5.2.1.1.6.1.2. o reconhecimento de escrita manual, seja de letra de forma ou manuscrita em qualquer software instalado no microcomputador que possua um campo de texto editável;

5.2.1.1.6.1.3. a mudança de cores e espessuras;

5.2.1.1.6.1.4. efeito de “Holofote” para enfatizar uma parte da tela, escurecendo o restante da área da Moldura.

5.2.1.1.6.1.5. a edição de todas as telas, mesmo as que já foram salvas;

5.2.1.1.6.1.6. mover, alterar tamanho ou rotacionar objetos;

5.2.1.1.6.1.7. a captura total ou parcial da tela de um programa qualquer, com ou sem anotações;

5.2.1.1.6.1.8. a utilização em modo de tela cheia para melhor visualização e interação com o conteúdo;

5.2.1.1.6.1.9. que o documento seja salvo automaticamente de tempos em tempos.

5.2.1.1.6.1.10. gravação de áudio sincronizado com a imagem em formato AVI.

5.2.1.1.6.2. O Software da Moldura deve possuir:

5.2.1.1.6.2.1. recurso de escurecimento parcial da tela, visando mostrar gradualmente o conteúdo a ser visualizado.

5.2.1.1.6.2.2. o recurso de copiar e colar conteúdo de uma Moldura para outra;

5.2.1.1.6.2.3. um teclado virtual que funciona em qualquer programa instalado no microcomputador conectado à Moldura Interativa;

5.2.1.1.6.2.4. um comando de reprodução do conteúdo apresentado passo a passo, com seleção de velocidade; Diferente da gravação de vídeo;

5.2.1.1.6.2.5. uma galeria de imagem que permite que o usuário insira e organize suas imagens e utilize-as durante sua apresentação;

5.2.1.1.6.2.6. uma ferramenta de lente de aumento, que aproxima a visualização da tela, na área selecionada;

5.2.1.1.6.2.7. ferramenta de inclusão de gráfico de barras ou Pizza;

5.2.1.1.6.2.8. ferramenta de inclusão de Tabelas; e

5.2.1.1.6.2.9. ferramentas de geometria como régua, compasso, esquadro, transferidor, entre outros recursos.

5.2.1.1.6.3. O Software da Moldura não deve possuir limite de instalações podendo ser utilizado em quantos computadores forem necessários.

5.2.1.1.6.4. Compatível com a plataforma Windows e GNU/Linux Ubuntu, versão LTS.

5.2.1.1.6.5 Software e manuais em Português do Brasil.

5.2.1.1.7. Assistência Técnica do Fabricante no Brasil.

5.2.1.1.8. Prazo de Entrega de no máximo 20 dias após o recebimento do Empenho.

5.2.1.1.9. Garantia do fabricante pelo prazo mínimo de 2 anos na interatividade

5.2.1.2. Televisor HDTV 50 polegadas full HD

5.2.1.2.1 Compatibilidade total com o item 5.2.1.1 (Moldura Interativa).

5.2.1.2.2 Frequência de 600hz.

5.2.1.2.3 Possuir Netcast.

5.2.1.2.4 Possuir DLNA.

5.2.1.2.5 Especificações Técnicas:

5.2.1.2.5.1 Tamanho da tela de 50 polegadas ou superior, conforme compatibilidade com o item 5.2.1.1;

5.2.1.2.5.2 Diagonal visual aproximada de 127cm ou superior;

5.2.1.2.5.3 Ângulo de visão de 127cm ou superior;

5.2.1.2.5.4 Voltagem bivolt;

5.2.1.2.5.5 Possuir Controle Remoto;

5.2.1.2.5.6 Idiomas do menu em português, inglês e espanhol;

5.2.1.2.5.7 Possuir os sistema de cores PAL-M / N / NTSC/ISDB-TB;

5.2.1.2.5.8 Resolução mínima de 1920 x 1080 pixels;

5.2.1.2.5.9 Ajuste formato tela de 16:9, Pelo Programa, Zoom 1 e 2, Just Scan e Cinema Zoom;

5.2.1.2.5.10 Interfaces HDMI;

5.2.1.2.5.11 Definição Full HD;

5.2.2. Descrição Detalhada do Serviço

5.2.2.1. Serviço não continuado de instalação dos equipamentos dos itens 01 e 02.

5.2.2.1.1. A Instalação completa dos equipamentos compreende:

5.2.2.1.2.1 Fornecimento de todo o cabeamento necessário para a ligação dos equipamentos de áudio e vídeo do projeto;

5.2.2.1.2.2 Fornecimento de toda a conectorização para interligação do sistema de áudio e vídeo em alta-definição: Conectores HDMI, VGA, ÁUDIO, EXTENSORES. Assim como acessórios de acabamento da solução;

5.2.2.1.2.3 Fornecimento de suporte para afixar TV de LED/LCD/Plasma, com prolongador ajustável e trava de segurança permitindo aumentar a mobilidade do monitor com segurança. Preferencialmente com acabamento em pintura eletrostática preta; e

5.2.2.1.2.4 Os serviços de instalação física e lógica da solução deverão ser realizados por profissionais do próprio fabricante dos produtos ou por eles designados.

5.2.2.2. Serviço de Configuração e Treinamento

5.2.2.2.1. Treinamento de configuração e operação dos equipamentos, de 08 (oito) horas para 04 pessoas a serem designadas pelo Departamento de Engenharia e Construção (DEC), em períodos mais convenientes para a Administração de Tecnologia da Informação, do Departamento, nas instalações do DEC - Brasília-DF.

5.2.2.2.2. O treinamento deverá ser realizado inicialmente com fundamentos teóricos e demonstração, posteriormente com a configuração realizada pelos próprios integrantes do DEC, assistidos pelos técnicos da contratada (fornecedora), com transferência do conhecimento.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1 Todos os equipamentos deverão vir acompanhados dos manuais do fabricante, cabos de energia e USB, adaptadores de tomada padrão novo para antigo e antigo para novo.

6.2 Dúvidas deverão ser sanadas junto à Assessoria Especial de TI no telefone (61) 3415-5216 ou pelo e-mail: aquisicaoti@dec.eb.mil.br.

7. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1. O prazo de garantia dos equipamentos é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da emissão do TERMO DE RECEBIMENTO E EXAME DO MATERIAL, não se limitando ao término da vigência contratual;

7.2. durante o prazo de garantia de funcionamento, a licitante vencedora prestará serviços de assistência técnica no local por meio de manutenção evolutiva e corretiva com fornecimento de peças novas e originais, sem ônus adicional, não incluindo o fornecimento de material de consumo;

7.3. a licitante vencedora entregará os equipamentos, fará a instalação, configuração e prestará assistência técnica e garantia, **on-site**, na cidade: de Brasília – DF;

7.4. a licitante deverá indicar em sua proposta as condições sob as quais prestará a assistência técnica, de acordo com o disposto neste documento;

7.5. a solicitação de manutenção corretiva será realizada em dias úteis, no horário compreendido entre as 09:00 e 17:00 horas, após solicitação da Assessoria Especial de TI do DEC, em no máximo 03 (três) dias úteis; e

7.6. O Acordo de Nível de Serviço (SLA) deverá ser de até 6 (seis) horas para atendimento do chamado e 24 (vinte e quatro) horas para resolução de problema de hardware;

7.7. A reincidência do mesmo problema será considerada como agravante e enquadrada como descumprimento de contrato, passível de penalidades.

8. CUSTO ESTIMADO (PREÇO DE REFERÊNCIA)

- Conforme tabela do Item 5.2. deste Termo de Referência.

Brasilia-DF, 04 de maio de 2012.

PAULO SÉRGIO ORTIZ ROSA – Cel
Chefe da A6/DEC Resp pelo Termo de Referência

DE ACORDO:

ANDRÉ LUIZ STANGL RISSE - Cel Eng QEMA
Ordenador de Despesas

(PAPEL TIMBRADO)

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

Local e data

Referência: Edital do Pregão Nr 0006/2012 – CPL – DEC

SR. PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), ____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe ao DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO – DEC, o fornecimento dos materiais abaixo indicado(s), conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

Preços:

Item	Especificação	Unid	Qtd	Marca	Preço Unit	Preço Total
1	Descrição do item de acordo com edital	XX	XX			
2	Descrição do item de acordo com edital	XX	XX			
Idem	Idem					

Valor total da proposta R\$ XXXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) em algarismos e por extenso.

- Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais;
- Prazo de entrega dos materiais: 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho;
- Garantia de fábrica;
- Garantia estendida (quando houver);
- A entrega dos materiais será feita no local determinado pelo Departamento de Engenharia e Construção – DEC, sem nenhum ônus para essa Organização Militar;

- Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 60 dias);
- Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente);
- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nome , Cargo e Identidade do Representante da Empresa

(PAPEL TIMBRADO)

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO DE BOA E REGULAR EXECUÇÃO DO OBJETO (CAPACIDADE TÉCNICA)

Referência: Edital do Pregão Nr 0006/2012 – CPL – DEC

Nos termos do inciso II do art 30 da Lei 8.666/93, **ATESTO** que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nr _____, situada à _____, **entregou o _____, cumprindo fielmente as condições contratuais e as exigências técnicas de adequação e qualidade.**

Local e data

Nome - Cargo - Idt Nr

ÓRGÃO EMISSOR

(PAPEL TIMBRADO)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE EMPREGADOS EM CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS

Referência: Edital do Pregão Nr 0006/2012 – CPL – DEC

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, para fins do disposto no inciso "V", art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz.

Brasília, ____ de _____ de 2012.

Responsável ou Representante legal -idt nº _____

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

(PAPEL TIMBRADO)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Referência: Edital do Pregão Nr 0006/2012 – CPL – DEC

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada no (a) _____, declara, para os devidos fins do pregão Nº ____/2008 - DEC, sob as penas da Lei que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2012.

Diretor ou representante legal - Idt Nº

(PAPEL TIMBRADO)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA E EPP

Referência: Edital do Pregão Nr 0006/2012 – CPL – DEC

Declaro para fins de licitação junto ao Departamento de Engenharia e Construção (DEC) que a empresa _____, CNPJ _____ encontra-se enquadrada no conceito de micro e pequena empresa, conforme disposição da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, de acordo com o documento comprobatório anexo.

BRASÍLIA/DF _____ de _____ de 2012.

Ass. Responsável

NOME COMPLETO, IDT OU CPF,



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(DEPARTAMENTO TÉCNICO E DE PRODUÇÃO DO EXÉRCITO/1946)

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA DE MATERIAIS CELEBRADO
ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO E A
(empresa).....

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, E SERVIÇO DE TREINAMENTO E INSTALAÇÃO DOS ITENS 1 E 2 PARA O DEC)**

NATUREZA: OSTENSIVO

VIGÊNCIA: _____

TERMO DE CONTRATO Nr ____ /2012-DEC

A União, pessoa de direito público interno, por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Comando do Exército, inscrito no CNPJ sob o nº 07521315/0001-23, representado neste ato pelo Cel ANDRÉ LUIZ STANGL RISSE - Ordenador de Despesas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa, estabelecida à, inscrita no CNPJ sob o nº, representada neste ato pelo *(seu(s) Diretor(es)....., de conformidade com as disposições estatutárias ou do contrato social)* (ou pelo *seu(s) procurador(es) de conformidade com o instrumento de procuração*), Sr, carteira de identidade Nº....., CPF Nº....., daqui por diante denominada CONTRATADA, tendo em vista a Ata de Registro de Preços do Pregão nº 0006/2012-DEC, Processo Administrativo nº 029/2012-DEC, firmam o presente CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, E SERVIÇO DE TREINAMENTO E INSTALAÇÃO DOS ITENS 1 E 2 PARA O DEC), o qual será regido pela Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em sua atual redação, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O Objeto deste Contrato é a aquisição de materiais de Informática, e serviço de treinamento e instalação dos itens 1 e 2 para o DEC.

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE FORNECIMENTO

O Objeto deste Contrato deverá ser entregue e instalado de uma só vez, por conta e risco da CONTRATADA, ou, no caso de entrega parcelada, deverá ser apresentado por ocasião da assinatura deste contrato, o cronograma de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS

Os preços unitário e total dos materiais e serviço que constituem o objeto deste Contrato, já incluídas as despesas de frete, impostos, seguro.

Qtd	Material	Preço	
		Unitário	Total

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado, num prazo não superior a 30 (trinta) dias, mediante ordem bancária, após o recebimento dos materiais, contra a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal
- b) Termo de Recebimento Definitivo da OM recebedora.

4.2. O pagamento somente será autorizado após a apresentação ao CONTRATANTE de uma via da nota fiscal (ou cópia autenticada), devidamente liquidada e apropriada pelo Órgão Provedor, e do recebimento do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

O objeto deste Contrato deverá ser entregue, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de emissão da nota de empenho, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas até a respectiva entrega, no endereço constante do item 14.1 do edital.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

6.1. O material entregue será considerada recebida pela CONTRATANTE:

- a) provisoriamente, mediante Termo de Recebimento Provisório ou recibo na Nota Fiscal pela OM recebedora, para efeito de posterior verificação da conformidade da viatura com as Especificações;
- b) definitivamente, por Comissão designada, mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

6.2. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, mediante Termo de Rejeição Total ou Parcial, o que for fornecido em desacordo com este Contrato.

6.2.1. Os materiais rejeitados serão colocadas à disposição da CONTRATADA, que deverá retirá-las, refazê-las ou substituí-las, às suas expensas, entregando as novas no mesmo endereço da Organização Militar que fez a recusa.

6.2.2. Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias para a retirada dos materiais rejeitados, contado da data do recebimento dos mesmos.

6.3. A recusa dos materiais não justificará atrasos nos prazos de entrega fixados neste Contrato.

6.4. Ocorrendo pela segunda vez a rejeição dos materiais, este Contrato poderá ser rescindido.

6.5. O recebimento do material estará condicionado à observância de suas Especificações Técnicas, e instruções, cabendo a verificação respectiva à Comissão de Recebimento de cada Organização Militar

6.6. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas para aferição técnica dos materiais correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSOS FINANCEIROS

A despesa com a execução deste Contrato, no valor de R\$.... (.....), será atendida por recursos da dotação orçamentária do PJT/ATV....., ND, Fonte, já empenhado o valor de R\$... (...), conforme Nota de Empenho nº

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA TÉCNICA

8.1. O prazo de garantia técnica mínima do Objeto deste Contrato será até _____ (____), contados da data do seu recebimento definitivo, considerando-se o somatório da garantia de fábrica e da garantia estendida, de acordo com exigência do edital e constante da proposta apresentada pela CONTRATADA. Fica a CONTRATADA obrigada a substituir ou reparar às suas expensas os materiais, peças ou componentes em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou montagem.

8.1.1. Constatada a falha ou defeito, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para sanar a deficiência apresentada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.3. Se os defeitos verificados no objeto deste Contrato forem oriundos de negligência ou de uso indevido pela CONTRATANTE, constatada essa condição de comum acordo entre as partes, as despesas decorrentes da substituição ou reparação serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica de modo a garantir o desempenho satisfatório e a segurança operacional dos materiais fornecidos, por pessoal habilitado, sempre que necessário, durante todo o período da garantia

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO

A CONTRATADA obriga-se a assegurar continuidade de fornecimento de peças, sobressalentes ou componentes, nos termos dos contratos que com ela venham a ser firmados, durante o período de _____ () meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1 - Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

10.2 - Da mesma forma, a CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pela CONTRATANTE, representá-la na execução do Contrato.

10.3 - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA

12. 1. Os prazos de entrega poderão ser prorrogados, desde que ocorra um dos seguintes motivos:

- a) alteração das especificações pela CONTRATANTE;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução deste Contrato;
- c) interrupção da execução deste Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da CONTRATANTE;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas neste Contrato, nos limites permitidos na Cláusula;
- e) impedimento de execução deste Contrato por ato ou fato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência;
- f) omissão ou atraso de providências a cargo da Contratante, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste Contrato.

12.2. Verificado algum dos motivos relacionados, a CONTRATANTE poderá conceder a prorrogação necessária, desde que o respectivo pedido seja apresentado pela CONTRATADA, por escrito, devidamente fundamentado, até 10 (dez) dias antes do vencimento do prazo contratual.

12.3. Nos casos previstos nesta Cláusula, os prazos serão prorrogados por período considerado razoável de comum acordo entre as partes, em face das circunstâncias do caso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Departamento de Engenharia e Construção - DEC, pelo prazo de até 05 (cinco) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do inciso IV do art. 87, da Lei 8666/93.

13.2. A Administração poderá aplicar as seguintes multas:

- a) multa de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a entrega dos materiais;
- b) multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos) em caso de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega, substituição de material rejeitado, por dia de atraso, sobre o valor da Nota de Empenho;

13.3. Para efeito de aplicação de multa, o valor da Nota de Empenho será apurado deduzindo-se dela o valor das entregas aceitas.

13.4. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade da responsabilidade civil do contratado por eventuais perdas e danos à Administração Pública.

13.5. A multa aplicada deverá ser recolhida ao Tesouro Nacional por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo DEC e o recibo entregue na Tesouraria do DEC.

13.6. O valor da multa, no caso de não recolhimento, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

13.7. A licitante convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução dos serviços e/ou materiais, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá sofrer sanção de impedimento de licitar com a Administração Pública. Poderá ser descredenciada junto ao SICAF, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa.

13.8. Se o adjudicatário recusar-se a assinar a **Ata de Registro de Preços**, injustificadamente, ou não apresentar situação regular de habilitação, serão convocados os licitantes remanescentes para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades, na forma da Lei.

13.9. O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista neste Edital, na ata de registro de preços e no contrato. Pela inexecução do compromisso firmado na **Ata de Registro de Preços**, o DEC poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao contratado as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO

14.1. Este contrato poderá ser rescindido se ocorrer um dos casos previstos no art. 78 da Lei 8666/93, que de alguma forma comprometa ou torne duvidoso o cumprimento das obrigações assumidas.

14.2. No caso de rescisão administrativa, a CONTRATANTE poderá executar a garantia de execução para ressarcimento dos valores de multa e indenização a ela devidos e reter os créditos decorrentes deste Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções da lei.

14.3. A contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

DA CONTRATADA

15.1. Executar o objeto, nas condições de sua proposta e de acordo com as especificações constantes do Edital que deu origem ao presente instrumento. O serviço objeto desta licitação será recebido obedecida a adequação e as características técnicas exigidas no termo de referência do edital;

15.2. Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento da presente Ata;

15.3. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução deste Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual;

15.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que serão confirmadas pela Contratante por meio de consulta "on line" no SICAF.

DA CONTRATANTE

15.5. Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento e no Edital de licitação anexo a este Instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal Administrativo do DEC e realizar a reter dos tributos, em conformidade com a legislação pertinente.

15.6. Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante deste edital.

15.7. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao fornecimento dos produtos solicitados.

15.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

15.9. Fiscalizar e acompanhar a execução e entrega do objeto desta licitação.

15.10. Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– COMUNICAÇÃO

Qualquer notificação, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra, em virtude deste Contrato, será feita por escrito e considerar-se-á efetuada no momento em que o documento for entregue ao destinatário nos endereços a seguir indicados:

CONTRATANTE: COMANDO DO EXÉRCITO

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

QGEEx - Bloco “B” – 3º PISO - SMU

Brasília –DF

CEP: 70630-901

CONTRATADA: _____

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Qualquer alteração neste Contrato será feita por Termo Aditivo e obedecerá as mesmas formalidades deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ANEXOS

Constituem anexos deste Contrato, dele fazendo parte integrante:

- a) A proposta da CONTRATADA, de ____ de ____ de ____
- b) Especificações Técnicas;
- c) Notas de Empenho 2012NE _____ de ____ de _____
- d) Cronograma de entrega.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

O DEC fará publicar no DOU o extrato do presente contrato, de acordo com o Art 61 da Lei 8666/93 e Art 13 da IN Nr 08, de 04 Dez 98-MARE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

22.1 O prazo de vigência do presente contrato será a contar de sua assinatura até _____ meses (prazo de entrega somado ao prazo de garantia de fábrica somado ao prazo de garantia estendida) e eficácia na data da publicação no DOU.

22.2 O prazo de vigência supra rende-se aos aspectos de vigência das garantias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DOS BENS IMPORTADOS OFERECIDOS

Deverá ser comprovado a origem dos bens importados oferecidos e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS FERRAMENTAS DE MEDIÇÃO

O Departamento de Engenharia e Construção através da Seção de Gabinete 6(SG6), utilizará as ferramentas de medição para aferir o desempenho dos bens ofertados, quando for o caso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – FORO

As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos na alínea “d”, do inciso I, do art. 102 da Constituição Federal.

E, por estarem justos e contratados, preparam este instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, que depois de lido e achado conforme será assinado pelas partes contratantes e duas testemunhas, para que produza os efeitos legais, comprometendo-se as partes contratantes a cumprir o presente **Contrato** em todas as suas cláusulas.

Brasília-DF, ____ de _____ de _____.

<hr/>	<hr/>
CPF: Ordenador de Despesas do DEC	CPF: Representante da empresa _____
<hr/>	<hr/>
CPF: 1ª Testemunha	CPF: 2ª Testemunha



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército/1946)**

ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0006/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº _____ - 2012

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos ____ de _____ de _____, no DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (DEC) – Órgão de Direção Setorial do Comando do Exército, localizado no Quartel General do Exército – BI “B” – 3º piso, nesta Capital Federal, o pregoeiro, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D. O. de 18 de julho de 2002, e os Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O. de 09 de agosto de 2000, 4.342, de 23 de agosto de 2002, publicado no D.O. de 26 de agosto de 2002, 3.931, de 19 de setembro de 2001, 5.450 de 31 de maio de 2005, e 3.784, de 06 de abril de 2001, publicado no D.O. de 09 de abril de 2001, em decorrência da aceitação, habilitação, adjudicação e homologação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 0006/2012 - processo administrativo nº 029/2012-DEC** e do Aviso de Julgamento de Preços e Ato de Homologação da Ordenador de Despesas do DEC, publicada no Diário Oficial da União do dia ____ de _____ de 2012, **RESOLVE** registrar o(s) preço(s) do(s) **item(ns) descritos na cláusula primeira**, para à empresa _____, CNPJ _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para aquisição **de materiais de Informática, e serviço de treinamento e instalação dos itens 1 e 2 para o DEC** do(s) item (ns) Nr _____, _____ (especificar o objeto de acordo com o anexo I do edital), conforme as condições e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência – anexo _____ do edital, no valor unitário de R\$ _____, de acordo com o encarte anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a **validade de 12 (doze) meses, a partir de ____ de _____ de 2012 a ____ de _____ de _____**.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o DEC não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Serão usuários do Registro de Preços os órgãos vinculados ao Comando do Exército e outros que o solicitarem.

3.2. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na cláusula primeira e aquele constante nos registros eletrônicos do pregão.

3.3. Para cada material de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0006/2012, **que o precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, bem como a proposta apresentada pela empresa.**

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. O recebimento, o local e o prazo de entrega dos bens deverão ocorrer de acordo com o Edital. Os materiais e a instalação, configuração, treinamento e operação deverão ocorrer no Departamento de Engenharia e Construção, sito na Avenida do Exército – QG Ex – Bloco “B” – 3º Piso – Brasília-DF.

4.2. A empresa deverá comunicar ao **DEC**, com **72 horas** de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos materiais, que só poderá ocorrer no período compreendido entre 09:00h e 11:00h e 13:30h e 16:00h, de Segunda a Quinta-feira e de 08:00h e 11:00h de Sexta-feira.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em uma única parcela mediante apresentação da Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Nota de Empenho. Observados o recebimento provisório e definitivo, a Nota Fiscal, emitida pela empresa e entregue no Almoxarifado do DEC com discriminação dos bens, após atestada, será encaminhada ao Setor Financeiro para liquidação e pagamento.

5.2. O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR por meio de ordem bancária. Para isso deverá ser indicada na Nota Fiscal o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. Será procedida consulta **"ON LINE"** junto ao **SICAF** antes de cada pagamento para verificação da situação do fornecedor, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

5.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente junto ao DEC. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A entrega do produto só estará caracterizada após a liquidação da despesa pelo DEC. **O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega dos itens estiver prevista para data posterior à expiração da ATA.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

a) Automaticamente:

- 1) por decurso de prazo de vigência;
- 2) quando não restarem fornecedores registrados;
- 3) pelo DEC, quando caracterizado o interesse público.

b) A pedido, quando:

- 1) o fornecedor comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 2) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado e dos insumos que compõem o custo dos materiais.

A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de **30** (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

c) Por iniciativa do DEC, quando:

- 1) o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 2) o fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 3) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 4) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 5) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. DA CONTRATADA

8.1.1. Executar o objeto, descrito, nas condições de sua proposta e de acordo com as especificações constantes do Edital que deu origem ao presente instrumento. O serviço objeto desta licitação será recebido obedecida a adequação e as características técnicas exigidas no termo de referência do edital;

8.1.2. Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente edital;

8.1.3. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução deste Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual;

8.1.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que serão confirmadas pela Contratante por meio de consulta “on line” no SICAF.

8.2. DA CONTRATANTE

8.2.1. Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento e no Edital de licitação anexo a este Instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal Administrativo do DEC e realizar a retenção dos tributos, em conformidade com a legislação pertinente.

8.2.2. Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante deste edital.

8.2.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao fornecimento dos produtos solicitados.

8.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

8.2.5. Fiscalizar e acompanhar a execução e entrega do objeto desta licitação.

8.2.6. Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram esta ATA o edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0006/2012 e a proposta da empresa: _____, apresentada no certame mencionado.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei 8.666/93 e dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, 3.784/2001, 4.342/2002 e 5.450/2005.

11.3. As questões decorrentes da utilização da presente ATA, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal no foro da cidade de Brasília – DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília-DF, _____ de _____ de 2012.

ANDRÉ LUIZ STANGL RISSE - Cel Eng QEMA
Ordenador de Despesas do Departamento de Engenharia e Construção

XXXXXXX
Representante da Empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nr 0006/2012 - REGISTRO DE PREÇOS

ENCARTE À ATA

Empresa: _____, CNPJ Nr _____, com sede na cidade de _____, Av/Rua/Quadra _____, Fone: (XX) _____, Fax: (XX) _____, representada neste ato pelo Sr.(a) _____, CPF Nr _____, RG Nr _____.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD GLOBAL	UNITÁRIO	TOTAL

(PAPEL TIMBRADO)

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO (INDEPENDENTE DE PROPOSTA)

(Identificação da Licitante)

(Identificação completa do representante da licitante) como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante ou do consórcio) doravante denominada (licitante/consórcio) para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do Edital), declara sob as penas da Lei, em especial o Art 299 do Código Penal Brasileiro que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante/consórcio) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firma-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante/consórcio, no âmbito da licitação, com
identificação completa)

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO

_____(IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO)

(**IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE**), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE(**IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO**) DORAVANTE DENOMINADO (**LICITANTE/CONSÓRCIO**), PARA FINS DO DISPOSTO NO ITEM (**COMPLETAR**) DO EDITAL (**COMPLETAR COM IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL**), DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE :

POSSUO A CERTIFICAÇÃO DE TECNOLOGIA DESENVOLVIDA NO PAÍS, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.248, DE 23 DE OUTUBRO DE 1991 E DOS DECRETOS Nº 5.906, DE 26 DE SETEMBRO DE 2006, OU PELO DECRETO Nº 6.008, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006;

POSSUO A CERTIFICAÇÃO DE PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.248, DE 23 DE OUTUBRO DE 1991 E DOS DECRETOS Nº 5.906, DE 26 DE SETEMBRO DE 2006, OU PELO DECRETO Nº 6.008, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006;

AINDA, DECLARA, QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

_____EM____DE_____DE_____

(NOME COMPLETO)
(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE/CONSÓRCIO, NO
ÂMBITO DO PREGÃO ELETRÔNICO 64/2010-DEC-SRP)
CPF:
RG:

ANEXO XI

Nota: essa planilha deverá ser adaptada às características do serviço contratado, no que couber.

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

	Nº Processo	
	Licitação Nº	

Dia ___/___/___ às ___:___ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive adaptar rubricas e suas respectivas provisões e ou estimativas, desde que devidamente justificado.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão não ser necessárias em determinados serviços que não necessitem da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

Anexo III-A – Mão-de-obra

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de Hora Extra	
G	Intervalo Intra jornada	
H	Outros (especificar)	
	Total da Remuneração	

MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral.	
F	Outros (especificar)	
	Total de Benefícios mensais e diários	

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	

B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	Total de Insumos diversos	

Nota: Valores mensais por empregado.

MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:

4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	NSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	NCRA		
E	Salário Educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
TOTAL			

Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.

Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º Salário	
B	Adicional de Férias	
Subtotal		

C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	
TOTAL		

Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade

4.3	Afastamento Maternidade:	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	
TOTAL		

Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão

4.4	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	
TOTAL		

Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
A	Férias	
B	Ausência por doença	
C	Licença paternidade	
D	Ausências legais	
E	Ausência por Acidente de trabalho	
F	Outros (especificar)	

Subtotal		
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição	
TOTAL		

Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas

4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1	3 ° salário + Adicional de férias	
4.2	Encargos previdenciários e FGTS	
4.3	Afastamento maternidade	
4.4	Custo de rescisão	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	
4.6	Outros (especificar)	
TOTAL		

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro.	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Tributos		
	B1. Tributos Federais (especificar)		
	B.2 Tributos Estaduais (especificar)		
	B.3 Tributos Municipais (especificar)		
	B.4 Outros tributos (especificar)		
C	Lucro		
	Total		

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Anexo III – B - Quadro-resumo do Custo por Empregado

	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	(R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (A + B +C+ D)		
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	
Valor total por empregado		

Anexo III-C - Quadro-resumo – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D x E)
I Serviço 1 (indicar)	R\$		R\$		R\$
II Serviço 2 (indicar)	R\$		R\$		R\$
... Serviço .. (indicar)	R\$		R\$		R\$
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III + ...)					

Anexo III-D - Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

Valor Global da Proposta		
	Descrição	Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço X nº meses do contrato).	

Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

ANEXO III-E – Complemento dos Serviços de Vigilância(“NÃO É O CASO PARA O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS MATERIAIS DE INFORMÁTICA”).

VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

	ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DO POSTO	Nº DE POSTOS	SUBTOTAL (R\$)
I.	44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta - feira envolvendo 1 (um) vigilante.			
II.	2 horas diurnas, de segunda - feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.			
III.	2 horas noturnas, de segunda - feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.			
IV.	2 horas diurnas, de segunda a sexta - feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas .			
V.	2 horas noturnas, de segunda a sexta - feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas .			
	Outras - (especificar)			
TOTAL				

Nota: Nos casos de incluir outros tipos de postos observar o disposto no § 2º do art. 50 da Instrução Normativa nº 02 de 30 de abril de 2008.

ANEXO III-F – Complemento dos serviços de limpeza e conservação(NÃO É O CASO PARA O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA)

I - PREÇO MENSAL UNITÁRIO POR M²

ÁREA INTERNA – (Fórmulas exemplificativas de cálculo para área interna, alíneas “a” e “b” do artigo 44, para as demais alíneas deverão ser incluídos novos campos na planilha com a metragem adequada.)

MÃO DE OBRA	(1) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(2) PREÇO HOMEM- MÊS (R\$)	(1x2) SUBTOTAL (R\$/M²)
ENCARREGADO	$\frac{1}{(30^{**} \times 600^{*})}$		
SERVENTE	$\frac{1}{600^{*}}$		
TOTAL			

ÁREA EXTERNA - (Fórmulas exemplificativas de cálculo para área externa, alíneas “a”, “c”, “d” e “e” do artigo 44, para as demais alíneas deverão ser incluídos novos campos na planilha com a metragem adequada.)

MÃO DE OBRA	(1) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(2) PREÇO HOMEM- MÊS (R\$)	(1x2) SUBTOTAL (R\$/M²)
ENCARREGADO	$\frac{1}{(30^{**} \times 1200^{*})}$		
SERVENTE	$\frac{1}{1200^{*}}$		
TOTAL			

ESQUADRIA EXTERNA (Fórmulas exemplificativas de cálculo para área externa, alíneas “b” e “c” do artigo 44, para as demais alíneas deverão ser incluídos novos campos na planilha com a metragem adequada.)

MÃO DE OBRA	(1) PRODUTI- VIDADE (1/M²)	(2) FREQÜÊNCIA NO MÊS (HORAS)	(3) JORNADA DE TRABALHO NO MÊS (HORAS)	(4) =(1x2x3) Ki****	(5) PREÇO HOMEM- MÊS (R\$)	(4x5) SUB- TOTAL (R\$/M²)
ENCARREGADO	$\frac{1}{16^{***}}$	16***	$\frac{1}{0,0000127}$	0,0000127		

	30** x 220*		191,40			
SERVENTE	$\frac{1}{220^*}$	16***	$\frac{1}{191,40}$	0,000380		
TOTAL						

FACHADA ENVIDRAÇADA - FACE EXTERNA

MÃO DE OBRA	(1) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(2) FREQUÊNCIA NO SEMESTRE (HORAS)	(3) JORNADA DE TRABALHO NO SEMESTRE (HORAS)	(4) =(1x2x3) Ke****	(5) PREÇO HOMEM- MÊS (R\$)	(4x5) SUB- TOTAL (R\$/M²)
ENCARREGADO	$\frac{1}{4,4** \times 110^*}$	8***	$\frac{1}{1.148,4}$	0,0000158		
SERVENTE	$\frac{1}{110^*}$	8***	$\frac{1}{1.148,4}$	0,0000633		
TOTAL						

ÁREA MÉDICO-HOSPITALAR E ASSEMELHADOS

MÃO DE OBRA	(1) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(2) PREÇO HOMEM-MÊS (R\$)	(1x2) SUBTOTAL (R\$/M²)
ENCARREGADO	$\frac{1}{30** \times 330^*}$		
SERVENTE	$\frac{1}{330^*}$		
TOTAL			

* Caso as produtividades mínimas adotadas sejam diferentes, estes valores das planilhas deverão ser adequados à nova situação, bem como os coeficientes deles decorrentes (Ki e Ke).

** Caso a relação entre serventes e encarregados seja diferente, estes valores das planilhas deverão ser adequados à nova situação, bem como os coeficientes deles decorrentes (Ki e Ke).

*** Frequência sugerida em horas por mês. Caso a frequência adotada, em horas, por mês ou semestre, seja diferente, estes valores deverão ser adequados à nova situação, bem como os coeficientes delas decorrentes (Ki e Ke).

II - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO (R\$/ M²)	ÁREA (M²)	SUBTOTAL (R\$)
I - Área Interna			
II - Área Externa			
III - Esquadria Externa			
IV - Fachada Envidraçada			
V - Área Médico-Hospitalar			
Outras - (especificar)			
TOTAL			

OBS:

- 1) O licitante vencedor deverá consultar o Manual de preenchimento da planilha de custos e formação de preços (APENSO II DESTE TERMO DE REFÊNCIA), para preenchimento de toda planilha do Anexo XI.